

Para que os rankings?

Os rankings de universidades causam surpresas pela diversidade de resultados. Recentemente destacou-se essa matéria na imprensa.

Como dar-lhes crédito quando, por exemplo, a USP salta da 19ª posição no ranking Scimago para a 471ª no Leiden, entre os dez rankings existentes? As discrepâncias não ocorrem porque a cienciometria "não é uma ciência exata", mas porque os critérios utilizados pelos rankings são diversificados.

A primeira razão disso é que eles têm caráter mercadológico e consideram a diversidade de interesses dos consulentes. Daí as distinções de enfoque. As melhores universidades estão em busca de talentos jovens, não só por mais dinheiro das anuidades, mas também por mais sucesso em ciência e destaque de seus egressos na sociedade.

A autopromoção é um caminho (a Universidade Harvard tem um escritório em São Paulo), mas uma avaliação externa e comparativa tem maior alcance promocional.

Decorrem daí ênfases distintas em diferentes atividades acadêmicas avaliadas pelos diferentes rankings. Pessoas e instituições vão buscar os rankings que lhes proporcionem informes de interesse, cada um individualmente avaliado.

A diversidade dos resultados dos rankings causa má impressão nos incautos. Entre as várias críticas, uma é a da utilização de cienciometria na consideração de citações como sinônimo de qualidade e de relevância dos artigos.

Porém, em muitas pesquisas realizadas, a correlação entre percepção pessoal dos pares e citações é significativamente alta. Outra crítica diz respeito à ausência de avaliação de publicação de livros.

A esse respeito, é importante considerar que as grandes bases de dados estão passando a cobrir livros, um documento de comunicação de interesse forte nas áreas de humanas e sociologia. Para aqueles visceralmente contra o uso de cienciometria, o Times Higher Education publicou recentemente um

ranking de universidades baseado apenas na opinião subjetiva de cerca de 13 mil pares.

As universidades brasileiras novamente se viram mal. Certamente um fator que muito pesa é o baixo grau de cosmopolitismo destas, seja na participação de estrangeiros nos corpos docentes e discentes, seja no grau de colaboração científica internacional em projetos (40º lugar entre as nações).

Certamente, as universidades não devem ficar à mercê dos rankings em suas decisões de políticas acadêmicas. Elas têm que proceder com as suas próprias avaliações, buscando participação de pares estrangeiros, como fez a USP na avaliação de departamentos a partir de 1992. As instituições governamentais podem aí também desempenhar um papel importante, quando fomentam em nível institucional (Capes, por exemplo).

Mas ser contra os rankings é estéril e enviesado. Eles existirão, provavelmente proliferarão e serão aperfeiçoados na medida em que as universidades busquem arregimentar os melhores professores, pesquisadores, alunos e parcerias.

As universidades brasileiras estão ainda despreparadas para serem proativas nesse contexto.

Rogério Meneghini é professor titular aposentado do Instituto de Química da USP, coordenador científico do programa SciELO de revistas científicas brasileiras e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Fonte: Jornal da Ciência